

# LICITAÇÕES E CONTRATOS SUSTENTÁVEIS - LTA

---

Competência técnica: Gestão Ambiental  
Conhecimentos relacionados: Sustentabilidade

## Objetivo Geral

Proporcionar aos participantes a apreensão dos conceitos necessários ao exercício das suas funções.

## Objetivos Específicos

- Estabelecer a adoção de critérios de sustentabilidade na seleção de produtos, serviço e na gestão de contratos, a fim de reduzir os impactos negativos sobre os ecossistemas causados pela cadeia produtiva;
- Instigar e sensibilizar outros servidores partícipes da cadeia de valor de suprimentos e contratações a fazerem uma reflexão quanto aos valores do desenvolvimento sustentável, com o intuito de fomentar as compras e contratações públicas sustentáveis.

## Metodologia e Recursos

(x) Aulas expositivas, (    ) materiais de leitura, (x) estudos de casos,  
(    ) recursos audiovisuais, (    ) dinâmica de grupo, (    ) aulas práticas.  
(    )Outros:

## Conteúdo Programático

- Licitações: O dever constitucional de licitar (Art. 37, XXI, da CF, e Lei 8.666/93). Função, premissas fundamentais. A licitação como ferramenta de regulação de mercado.
- Modalidades e tipos de licitação. Pregão (Lei 10.520/02 e Decreto 5.450/05): Pregão Presencial e Eletrônico.
- Hipóteses de afastamento do dever geral de licitar: dispensa e inexigibilidade de licitação.
- Principais características dos contratos administrativos: cláusulas exorbitantes.
- Decreto 7.746, de 05/06/2012 – regulamenta o artigo 3º, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal.
- Decreto 43.629, de 05/06/2012 – dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços e obras pela administração pública estadual direta e indireta e dá outras providências.
- A sustentabilidade no marco de jurisprudencial das licitações no Brasil.
- Licitações e Contratações Sustentáveis:

**ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.**

- Conceito;
  - Aspectos jurídicos;
  - Ferramentas;
  - Estudo de Casos;
  - Critérios;
  - Oportunidades e ameaças.
- Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008 – SLTI/MPOG.
  - Instrução Normativa nº 04, de 12 de novembro de 2010 – SLTI/MPOG.
  - Instrução Normativa 1/2010 – dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
  - Ato Executivo 5.298/2013 – institui e divulga o guia de material para compras com especificações que evidenciem requisitos de sustentabilidade, em conformidade com as normas publicadas pelos órgãos reguladores competentes e de acordo com a legislação respectivamente aplicável.
  - Ato Normativo 4/2013 – aprova a estrutura básica padronizada de atos convocatórios e de termos de contrato, constantes dos Anexos a este Ato, que deverá ser observada nas licitações e contratações do Tribunal de Justiça.

## **Avaliação**

Verificação de aprendizagem escrita aplicada no final do curso.

## **Bibliografia**

- BASTOS, Celso Ribeiro. *Curso de Direito Constitucional*. 16a ed., São Paulo: Saraiva, 1994.
- BIDERMAN, Rachel et al. *Guia de compras públicas sustentáveis: o uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- CHAVES, Luiz Claudio de Azevedo. *Curso Prático de Licitações, Os segredos da Lei 8.666/93* – Manual para pregoeiros, presidentes e membros de comissões de licitação. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. *Sistema de Registro de Preços e Pregão*. Belo Horizonte: Fórum, 2003.
- — *Vade Mécum de Licitações e Contratos*. Belo Horizonte: Fórum, 2004.
- — *Contratação Direta Sem Licitação*. 1a ed., Brasília: Brasília Jurídica, 1995.
- — *Responsabilidade Fiscal*. 2a ed., Brasília: Brasília Jurídica, 2002.
- FERRAZ, Sérgio, FIGUEIREDO, Lúcia Valle. *Dispensa e Inexigibilidade de Licitação*. 3a ed., São Paulo: Malheiros, 1994.
- GAZONI, Carolina. *Relatório ICLEI Brasil: Base Legal Institucional para Compras Públicas Sustentáveis no Estado da Bahia*. São Paulo, 2011.
- JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 11a ed., São Paulo: Dialética, 2005.
- MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 40a ed., São Paulo: Malheiros, 2014.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. 17a, ed., São Paulo: Malheiros, 2004.

**ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.**

- PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. *Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública*. 6a ed., Rio de Janeiro, Renovar, 2003.
- MEIO AMBIENTE, Ministério. *Agenda ambiental na Administração Pública*. 5. ed., revisada e atualizada. Brasília, 2009.
- TRINDADE, Paula et al. *Inovar nas compras públicas: aquisições ambientalmente orientadas*. Portugal: Câmara municipal de Torres Vedras, 2006.

#### LEGISLAÇÃO.

- Presidência da República Federativa do Brasil. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 2 maio 2013.
- \_\_\_\_\_. *Lei nº. 12.305*, de 2 de agosto de 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm)>. Acesso em: 2 maio 2013.
- \_\_\_\_\_. *Lei nº. 6.938*, de 31 de agosto de 1981. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm)>. Acesso em: 2 maio 2013.
- \_\_\_\_\_. *Lei nº. 126.187*, de 29 de dezembro de 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12187.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12187.htm)>. Acesso em: 2 maio 2013.
- \_\_\_\_\_. *Lei nº. 12.349*, de 15 de dezembro de 2010. Disponível em <<http://legislacao.planalto.gov.br>>. Acesso em: 2 maio 2013.
- \_\_\_\_\_. *Lei nº. 8.666*, de 21 junho de 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8666compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666compilado.htm)>. Acesso em: 2 maio 2013.
- CONAMA. *RESOLUÇÃO nº. 001/1986*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr.2013

#### Carga horária

21 horas

Atualização: 21/03/2017	Revisão: 02
-------------------------	-------------